

Causas do colonialismo português em África, 1822-1975**

1. INTRODUÇÃO

O imperialismo europeu em África foi conotado durante algum tempo com motivos de natureza económica ou financeira. Em 1912 o então ministro da Marinha e Colónias, Ferreira do Amaral, sustenta que a «febre colonial», que já se fazia sentir à data da primeira expedição de Stanley ao Congo, em 1874, era causa da necessidade que a Europa tinha de exportar o excesso de capitais e de produção industrial¹. Esta versão das origens económicas do imperialismo do século XIX já tinha sido rebatida por Hobson em 1902, que demonstrara que o crescimento das exportações industriais da Grã-Bretanha não tinha sido canalizado para as colónias africanas adquiridas no último quartel do século XIX. O mesmo autor, todavia, concordava com a ideia segundo a qual os novos territórios haviam sido importantes para a

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Departamento de História da Universidade de Évora.

** Versões anteriores deste artigo foram apresentadas no Seminário de História Económica da Universidade de Harvard (Fevereiro de 1997), no encontro preparatório da sessão sobre *The Costs and Benefits of European Imperialism, 1415-1974* do XII Congresso da Associação Internacional de História Económica (Universidade Carlos III de Madrid, Fevereiro de 1997), no XVI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social (Universidade dos Açores, Outubro de 1997) e no Seminário de História Económica da Universidade de Oxford (Maio de 1998). Gostaria de agradecer os comentários dos participantes, assim como de Valentim Alexandre, Manuel Ennes Ferreira, Patrick O'Brien e de dois *referees* anónimos. Partes deste artigo foram também publicadas em «An account of the Portuguese African empire, 1885-1975», in O'Brien e Prados (orgs.), *The Costs and Benefits of European Imperialism, 1415-1974*, *Revista de Historia Económica*, 16, 1988. O artigo foi parcialmente escrito enquanto professor convidado (FLAD) da Universidade de Brown.

¹ V. Sociedade de Geografia de Lisboa (1913, p. 36); v. também Associação Comercial do Porto, *Relatório*, 1879, cit. por Capela (1975, pp. 115-119).

aplicação dos capitais britânicos². Mas também não era esse o caso, uma vez que a maior parte do capital exportado pela Grã-Bretanha ao longo do século XIX tinha como destino os Estados Unidos da América, a Índia, o Canadá e a Austrália, e não as novas colónias³.

Para Hammond (1969), o exemplo de Portugal invalida a tese de Hobson, já que este país havia expandido o seu poder colonial em África durante o último quartel do século XIX sem que fosse um exportador de capitais. Segundo aquele autor, o imperialismo português tinha um carácter essencialmente político: «Será em vão procurar no Portugal do século XIX sinais de motivações imperialistas que transcendam o reduzido e socialmente homogéneo grupo dos governantes⁴.» A tese segundo a qual Portugal desenvolveu as colónias por razões não económicas é também defendida pela «historiografia oficial», na designação de Valentim Alexandre (1979), onde o colonialismo português do século XIX aparece como o prolongamento das descobertas e da expansão. Esta «vocaçã colonial» do país revelar-se-ia também na especial propensão dos Portugueses para se misturarem com as populações do Brasil, da Ásia e de África. Trata-se do celebrado «lusotropicalismo», nascido na sociologia brasileira e acarinhado no regime salazarista⁵. Foi neste contexto que se desenvolveu o mito segundo o qual a «presença» portuguesa em África somava quatro séculos de existência aquando da partilha de África pelo Tratado de Berlim de 1885. Também Schumpeter (1976) advoga a relevância dos acontecimentos passados na explicação do imperialismo do século XIX, embora sob uma formulação diferente daquela que surge na historiografia oficial portuguesa, porquanto este autor atribui valor negativo ao imperialismo. Segundo ele, o imperialismo «provém das relações de produção do passado, e não do presente, e procura a expansão pela expansão, sendo desprovido de objecto e atávico na sua natureza»⁶.

José Capela (1975 e 1979) dá-nos outra versão sobre o carácter não económico da expansão do império português no século XIX. Para este autor, as duas medidas que melhor configuram a política portuguesa em África — a da abolição do tráfico de escravos, em 1836, e da escravatura, em 1876 — não resultaram de pressões de ordem económica, mas sim da vontade do governo português em reproduzir medidas tomadas no estrangeiro e da pressão do governo inglês⁷. Do mesmo modo, Papagano (1980) defende que a política colonial portuguesa foi motivada por factores de ordem política. Para ele, as acções do governo português eram essencialmente uma emulação das

² Hobson (1972, pp. 2-3).

³ V. Fieldhouse (1984, caps. 2 e 3) e O'Brien e Prados (1988).

⁴ Hammond (1969, p. 354).

⁵ V. Valentim Alexandre (1979, pp. 5-7).

⁶ Schumpeter (1976, pp. 70 e 77).

⁷ V. José Capela (1975 e 1979) e Marques (1994).

políticas coloniais de outros países europeus, no seguimento da Conferência de Berlim, e uma reacção ao ultimato inglês de 1890 contra as campanhas militares na área do lago Niassa⁸.

Noutro sentido, Valentim Alexandre (1993) defende que a «aceleração da ocupação territorial» em Angola e Moçambique teve causas de dois tipos. Trata-se, em primeiro lugar, de causas relacionadas com o progresso do «capitalismo». Nelas se inclui o desenvolvimento dos meios de transporte, facilitando as ligações entre Portugal e as colónias. Também o desenvolvimento da medicina permitiu a colonização branca das áreas afectadas pela malária e outras doenças tropicais, assim como o desenvolvimento das técnicas militares possibilitou a ocupação efectiva dos territórios. Estas causas são de natureza económica, mas diferentes das que encontramos na tese de Hobson (1972), pois não estão relacionadas com uma suposta oferta excedentária de capitais⁹. O segundo tipo de causas do imperialismo português de Oitocentos, seguindo ainda Valentim Alexandre (1993), diz respeito ao desenvolvimento das condições internas em África, onde se verificava uma crescente divisão de poderes entre os nativos dos territórios sob influência portuguesa, com a constituição de unidades políticas mais pequenas e mais difíceis de manter equilibradas¹⁰.

As campanhas militares foram, provavelmente, o mais importante de todos os instrumentos da colonização portuguesa em África e para bem se compreender o imperialismo português tem de se prestar mais atenção a este facto. Pélissier (1994, 1997a e 1997b) faz um relato exaustivo das campanhas militares travadas em África. Os exércitos sob comando português eram maioritariamente constituídos por africanos e os portugueses só intervinham directamente em ocasiões mais complicadas. A intensidade das campanhas africanas aumentou significativamente ao longo do século XIX e estendeu-se até à Primeira Guerra Mundial. Com efeito, as últimas batalhas importantes ocorreram no Sul de Angola em 1926. Pélissier dá-nos conta das motivações das campanhas militares na Guiné, Angola e Moçambique a partir de 1840, concluindo que a maioria se destinava a assegurar o poder de administração colonial nos territórios. Algumas das campanhas terão tido como objectivo proteger interesses comerciais, mas foram em menor número e envolveram menos recursos humanos e financeiros¹¹.

Clarence-Smith (1985) reaviva a interpretação económica do imperialismo e, em oposição a Hammond (1969), argumenta que havia uma «classe média à procura de fortuna no ultramar» e «capitalistas em busca de negócios no

⁸ V. Giuseppe Papagano (1980); v. também Alexandre (1979, pp. 12-21).

⁹ Valentim Alexandre (1979, sobretudo pp. 68-70).

¹⁰ Id. (1993, pp. 57-58).

¹¹ V. Pélissier (1994, 1997a e 1997b).

ultramar». Ressuscitando a ideia de que Portugal viveu uma crise «capitalista» no início da década de 1890, Clarence-Smith (1985) conclui que «foi a crise no desenvolvimento económico que levou Portugal a entrar na partilha de África, e não qualquer nostalgia de grandeza imperial»¹². Para Clarence-Smith, a participação de Portugal na partilha ficou a dever-se à convergência de interesses, públicos e privados, dentro do país. Assim, por exemplo, durante os anos 30 as colónias teriam sido importantes para a consolidação do novo regime de Salazar. Todavia, para o mesmo autor, mais tarde, o governo português teria combatido os movimentos de libertação em África (1961-1974) «mais para preservar o regime do que para salvar a economia»¹³.

Em resumo, o leque de explicações sobre os motivos do colonialismo português moderno inclui: a herança imperial; a necessidade de protecção de mercados coloniais; a resposta aos movimentos das outras potências coloniais europeias; o desenvolvimento da capacidade técnica para a colonização; as condições nos territórios africanos; finalmente, motivos políticos. A complexidade do tema não permite que se estabeleça um quadro da importância relativa dos vários motivos apontados na literatura para a colonização portuguesa de África ao longo dos cerca de 150 anos entre 1822 e 1975. Podemos, todavia, circunscrever o problema, por forma a encontrarmos uma resposta parcial.

A criação, defesa, manutenção ou a promoção do desenvolvimento das colónias durante os séculos XIX e XX foram fruto da acção de sucessivos governos em Lisboa, que negociaram fronteiras com as potências europeias e alguns potentados africanos, enviaram tropas e pessoal administrativo para as colónias, produziram legislação ou orçamentaram despesas de investimento. Durante um período relativamente longo, que durou até à Conferência de Berlim de 1884-1885, os governos em Portugal seguiram uma política de defesa e aquisição de territórios em África com escassos benefícios económicos ou financeiros imediatos. Assim, para este período, o que movia os governos não eram razões de ordem económica ou financeira e os ímpetus imperialistas terão de ser atribuídos a motivos de outra natureza.

Entre 1892 e 1914 e entre 1948 e 1975, as colónias de África foram uma fonte substancial de divisas estrangeiras para a economia portuguesa. O mesmo terá sucedido nas décadas de 30 e 40, mas não dispomos da informação estatística suficiente para dar uma conclusão cabal relativamente a estes anos. O valor dessa fonte foi tal que facilmente ultrapassou os custos militares e administrativos da colonização, até porque estes custos eram pagos em grande medida através das receitas das tarifas aduaneiras e dos impostos aos «indígenas». Deste modo, a partir de 1892, as políticas de expansão colonial em África

¹² Clarence-Smith (1985, p. 81); v. também Pereira (1983, pp. 278-281). Para uma discussão das condições económicas em Portugal na década de 1890, v. Lains (1995).

¹³ Clarence-Smith (1985, p. 193).

traduziram-se num benefício financeiro para os governos e para o Estado. Ao contribuírem para saldar os pagamentos ao exterior, as colónias facilitaram a governação do país e o crescimento da economia, constituindo, assim, uma forte motivação para o esforço de colonização. Este papel das colónias na economia portuguesa, enquanto fonte de divisas estrangeiras, pode ter sido a contribuição mais significativa das colónias para a economia portuguesa durante todo o período de mais de século e meio abrangido neste artigo¹⁴.

Neste artigo deixámos de fora o estudo dos efeitos do protecçãoismo imperial na economia portuguesa, resultantes da protecção dada às exportações para África, a partir de 1892. Também ficou de fora o estudo dos efeitos da protecção concedida a certos produtos de exportação colonial no mercado metropolitano, instituída em 1930 e 1931. Todavia, esses efeitos tinham de ser relativamente reduzidos, uma vez que a parte das colónias no comércio, exportação de capitais e emigração portugueses era muito modesta até ao período a seguir à Segunda Guerra Mundial.

O artigo tem a seguinte estrutura. Na secção 2 abordamos os esforços diplomáticos por parte dos governos portugueses por forma a garantir a reconstrução de um império em África no seguimento da independência do Brasil. Este relato mostra o desenvolvimento das políticas anterior ao reconhecimento das vantagens económicas das colónias africanas. A secção 3 trata do período a seguir à instauração da pauta colonial de 1892. Depois da Conferência de Berlim e de resolvido o diferendo com a Grã-Bretanha, que levou ao *ultimatum* de 1890, a liberdade de acção da administração portuguesa em África aumentou, sendo então possível implementar um novo «sistema colonial», com benefícios claros para a economia portuguesa. Esta nova fase do imperialismo português em África sofreu um revés nos anos 20, mas foi restaurada e reforçada a partir da década de 30. O último período do império, de 1930 a 1975, é analisado na secção 4 do artigo. Neste período verificamos o aumento das relações coloniais até à década de 60. A partir de então, a importância das colónias na economia portuguesa foi paulatinamente caindo e, simultaneamente, passaram a constituir um encargo considerável no orçamento do governo da metrópole devido à guerra travada pelos movimentos de libertação. Foi exactamente neste contexto que o império chegou ao fim. Na secção 5 faz-se um resumo das principais conclusões.

2. PRELÚDIO DO NOVO IMPÉRIO, 1822-1892

No seguimento da independência do Brasil, em 1822, aumentou o interesse nas colónias africanas. Os governos em Lisboa encontraram o neces-

¹⁴ V. Edgar Rocha (1977 e 1982) e Pereira Leite (1990) para os anos 60; v. também Pereira Leite (1989), João Estêvão (1991) e Adelino Gomes para o período anterior.

sário apoio no Parlamento ou nos jornais para o prosseguimento de uma política colonial em África. As colónias eram uma de entre as muitas propostas do liberalismo para a regeneração nacional, ao lado de outras relativas, por exemplo, ao desenvolvimento do comércio com outras partes do mundo, ao sistema de impostos ou ao desenvolvimento dos transportes. Encarava-se a política colonial como um dos instrumentos ao dispor da nação para a promoção do seu próprio desenvolvimento¹⁵. A preocupação de delimitar os territórios sob controle português revelou-se desde o início do século XIX e Portugal procurou comprometer a Grã-Bretanha, por várias vezes, na definição dos direitos territoriais em África.

No seguimento da abolição do tráfico de escravos no império britânico, ocorrida em 1807, Portugal assinou, em 1810, um tratado ilegalizando o tráfico de escravos para fora do seu império. Um novo tratado com a Grã-Bretanha, assinado durante a Conferência de Viena de 1815, ordenava a abolição daquele tráfico em todas as colónias portuguesas situadas a norte do equador. Este tratado reconhecia o exclusivo para Portugal do comércio dos principais produtos de exportação dos domínios da costa oriental de África, desde o cabo Delgado até à baía de Lourenço Marques (marfim, pau-brasil, urzela, diamantes, pó de ouro, rapé). Tratava-se de um primeiro reconhecimento dos interesses portugueses por parte dos Britânicos numa área que corresponde à costa actual de Moçambique¹⁶. Em 1817, a Grã-Bretanha obteve ainda o direito de inspecção dos barcos portugueses e, em contrapartida, Portugal obteve um novo reconhecimento das pretensões em África, donde o tráfico de escravos devia ser controlado¹⁷.

Em Dezembro de 1836, Sá da Bandeira aboliu unilateralmente o tráfico de escravos a partir de todas as possessões portuguesas, excluindo, todavia, o tráfico no interior do império. O governo britânico insistiu no direito de controlar os navios portugueses, mas Sá da Bandeira pretendia negociar esse direito em troca de uma cláusula que reconhecesse os interesses em África. Mas não conseguiu. Entretanto, a disputa foi resolvida unilateralmente pelo governo britânico em Julho de 1839, quando chamou a si o direito de controlar os navios portugueses¹⁸. Mais tarde, num protocolo assinado em 1847 e renovado em 1850 por mais três anos, Portugal permitia à Grã-Bretanha entrar nas «baías, portos, rios e ribeiros e outros lugares dentro dos domínios da coroa portuguesa [...] onde não estivessem estabelecidas quaisquer autoridades portuguesas»¹⁹.

¹⁵ V., por exemplo, Sociedade de Geografia de Lisboa (1913). Sobre os debates na Sociedade de Geografia, v. Ângela Guimarães (1984).

¹⁶ Cit. em Haight (1967, p. 164).

¹⁷ V. Smith (1970, p. 80).

¹⁸ V. Haight (1967) e Capela (1979, pp. 202-224). Para uma análise da discussão sobre a abolição por Portugal do tráfico de escravos, v. Marques (1994) e Alexandre (1994).

¹⁹ V. Smith (1970, pp. 82 e 86).

No ano de 1853, o governo português recusou a renovação do protocolo, restringindo assim o acesso aos navios britânicos, e aumentou as tarifas aduaneiras sobre o comércio colonial. Em face de tais restrições de livre acesso ao comércio, a Grã-Bretanha decidiu pôr termo às pretensões portuguesas em Ambriz e Cabinda, dois portos importantes na área de influência da foz do rio Congo. O governo britânico reclamava o território de acordo com a «doutrina de lapso», argumentando que a área não estava ocupada por Portugal há muito tempo — um antecedente do argumento de «ocupação por ausência de *bona fide*», usado na disputa com a Grã-Bretanha acerca da fronteira norte de Moçambique entre 1877 e 1879, e do argumento da «ocupação efectiva», usado em Berlim em 1884-1885²⁰.

Em Maio de 1855, o governo português enviou uma força para ocupar o território em disputa. A Grã-Bretanha acabou por autorizar a colonização de Ambriz e de Cabinda, temendo uma intervenção francesa, cuja arbitragem havia sido solicitada pelo governo português, mantendo Portugal o domínio da costa norte de Angola²¹. Havia antecedentes de disputas sobre os territórios reclamados por Portugal na Guiné, em Angola e em Moçambique, mas a disputa de Ambriz teve um impacto maior na imprensa portuguesa do que os casos anteriores. Por esta altura, em inícios dos anos 1850, os interesses comerciais na África ocidental eram talvez ainda menores do que haviam sido duas décadas antes. À excepção do comércio, Portugal tinha relativamente poucos interesses em África, dado que a exportação de capital ou a emigração eram irrelevantes.

Durante o período que antecedeu a Conferência de Berlim, os governos portugueses conseguiram fazer valer algumas pretensões importantes em África, incluindo o Ambriz, em 1855, Bolama, em 1870, a baía de Lourenço Marques, em 1875, Cabinda, em 1885, e a baía de Tunge, no reino de Zanzibar, em 1887. Estes êxitos foram fundamentalmente diplomáticos e não envolveram grandes encargos financeiros para a metrópole. Mas também não foram acompanhados de grandes benefícios. A razão é que o comércio africano de Portugal estagnou depois da abolição do tráfico de escravos, em virtude das dificuldades sentidas na sua substituição por comércio «legítimo».

Até ao início do século XIX, os interesses europeus em África concentraram-se essencialmente no tráfico de escravos para as Américas e a Grã-Bretanha e Portugal foram durante muito tempo os principais agentes desse tráfico. Entre as décadas de 1810 e 1820, a proporção de escravos da costa

²⁰ V. Axelson (1967, pp. 23-24).

²¹ V. Caetano (1971, p. 70). Smith (1970, pp. 119-34) afirma que esta força foi enviada em Março de 1853. A definição das fronteiras a norte de Angola terminou em Maio de 1891, incluindo a região do Lunda nesta colónia [v. Caetano (1971, p. 102 n)].

ocidental africana transportados por portugueses subiu de 29% para 43% do total²². O tráfico de escravos português, incluindo o das costas de Angola e de Moçambique, continuou a aumentar até ao início do anos 1830, só decaindo depois. Em virtude da abolição do tráfico de escravos na costa ocidental de África, imposta pela armada britânica, em 1825-1830, Moçambique passou a ser a principal fonte portuguesa de escravos para as rotas do Atlântico, ultrapassando Angola (v. quadro n.º 1).

A importância dos escravos no total das exportações de Luanda, o único porto angolano para que há dados estatísticos, era esmagadora, tendo inclusivamente aumentado de 88% em 1785-1794 para 94% em 1815-1823. Os dados relativos à ilha de Moçambique mostram que em 1829 os escravos eram também a principal exportação (v. quadros n.ºs 2 e 3). Antes da abolição do tráfico de escravos, as colónias portuguesas pouco mais ofereciam para exportação, para além de cera, marfim e ouro²³. As receitas resultantes do tráfico de escravos representavam também uma parte importante dos orçamentos coloniais. Em Angola, essa fatia era de 88% nos anos 1780, tendo diminuído ligeiramente para 82% no período de 1817-1819. Em 1836, os impostos sobre aquele comércio ascendiam a 69% das receitas das colónias de Angola, Moçambique e Guiné²⁴.

Escravos embarcados na costa ocidental de África, 1700-1809
(médias anuais)

[QUADRO N.º 1]

	Nacionalidade dos navios						Total
	Grã-Bretanha	França	Portugal	Holanda	Estados Unidos	Dinamarca	
1700-1709	15 000	3 000	15 600	2 400	—	—	36 000
1710-1719	20 100	5 200	12 600	2 400	—	—	40 300
1720-1729	26 900	7 700	13 600	3 300	200	—	51 700
1730-1739	27 600	9 300	16 500	4 800	1 500	400	60 100
1740-1749	19 500	12 900	15 800	5 500	900	500	55 100
1750-1759	25 100	9 300	16 500	5 100	1 700	500	58 200
1760-1769	39 100	13 000	16 700	6 300	2 800	400	78 300
1770-1779	34 000	15 200	16 100	4 000	1 800	700	71 800
1780-1789	34 900	22 400	18 700	1 000	1 200	1 500	79 700
1790-1799	41 700	6 700	22 100	400	4 400	800	76 100
1800-1809	28 100	500	26 100	—	6 300	300	61 300

Fonte: Richardson (1989, p. 10).

²² V. Richardson (1989, p. 10).

²³ O grande peso do comércio de escravos não era único nas colónias portuguesas [v. Haight (1967, pp. 100-102), Inikori (1986) e Law (1995b)].

²⁴ V. Capela (1979, pp. 85-86).

Escravos embarcados em Luanda e Moçambique, 1785-1830
(médias anuais)

[QUADRO N.º 2]

	Nacionalidade dos navios				
	Luanda	Moçambique	Total	Luanda (percentagem)	Moçambique (percentagem)
1785-1794	10 351	5 750	16 101	64,3	35,7
1795-1804	11 982	8 075	20 057	59,7	40,3
1805-1814	12 075	5 200	17 275	69,9	30,1
1815-1824	14 690	11 575	26 265	55,9	44,1
1825-1830	11 298	11 600	22 898	49,3	50,7
1785-1830	12 079	8 440	20 519	58,9	41,1

Nota.— Dados para 1800, 1802-1806, 1809, 1810, 1812, 1813, 1815-1819, 1822-1826 e 1830.

Fontes: Luanda: Miller (1986, p. 241) e Curto (1992, pp. 23-25); Moçambique: Liesegang (1986, p. 463) inclui exportações da ilha de Moçambique e de Quelimane; para Moçambique, em 1785-1794, os dados foram retirados do gráfico de Newitt (1995, p. 250).

Exportações de Luanda
(contos)

[QUADRO N.º 3]

	Escravos		Cera		Marfim		Total
	Valor	Porcen- tagem	Valor	Porcen- tagem	Valor	Porcen- tagem	
1785-1794	546	87,7	72,4	11,6	4,3	0,7	622,6
1795-1804	649	88,4	78,5	10,7	7,0	1,0	734,9
1805-1814	822	92,2	64,9	7,3	4,4	0,5	890,9
1815-1823	1 023	93,7	61,6	5,6	7,0	0,6	1 091,5

Fontes: Miller (1986, p. 241) e Curto (1992, pp. 23-25).

A abolição do tráfico de escravos levou ao aumento da exportação de mercadorias, por forma a compensar o negócio que os comerciantes perdiam. Para os comerciantes britânicos e franceses, a substituição foi mais rápida do que para os comerciantes portugueses, o que se prende com as melhores condições em que aqueles comerciantes operavam. O rápido crescimento do comércio «legítimo» britânico foi acompanhado pela passagem da navegação à vela para a navegação a vapor. A razão é que, ao contrário dos escravos, que eram concentrados em alguns pontos na costa para serem embarcados, as mercadorias tinham de ser recolhidas em vários pontos ao longo da costa e, inclusivamente, pelos rios, tarefa em que os barcos a vapor tinham claras vantagens²⁵. A superioridade tecnológica da Grã-Bretanha, traduzida, entre

²⁵ V. Lynn (1981 e 1989).

outras coisas, na frota a vapor, assim como a maior capacidade financeira daquele país, constituíam vantagens que os comerciantes portugueses não foram capazes de acompanhar. Esses comerciantes ou não dispunham dos capitais necessários ao comércio da navegação a vapor ou preferiram aplicar os capitais em outros investimentos. Para além disso, o mercado português para os novos produtos africanos era menos desenvolvido do que o inglês ou o de outros países mais industrializados.

Na Guiné portuguesa, concretamente, o comércio de mercadorias aumentou substancialmente a seguir ao fim do tráfico de escravos, mas isso não chegou para substituir o valor do comércio de escravos. Com efeito, entre 1852 e 1878, a exportação de amendoim daqueles territórios aumentou em cerca de dez vezes, mas caiu abruptamente logo a seguir²⁶. Para tal contribuiu a concorrência das vizinhas colónias francesas. O mercado francês, ao contrário do português, importava quantidades apreciáveis de oleaginosas, o que era uma clara vantagem para os comerciantes franceses, em face dos monopólios coloniais. A perda do comércio de amendoim pelos Portugueses pode também relacionar-se com o facto de os Franceses terem em África forças militares suficientes para manterem a segurança necessária ao comércio²⁷. Apesar do fraco interesse comercial, o governo português não abriu mão das pretensões territoriais na Guiné e venceu a questão com a Grã-Bretanha relativamente à ilha de Bolama, ao tempo capital da colónia.

A intervenção do Estado português nas colónias da costa moçambicana levou mais tempo a desenvolver-se. Até finais do século XIX, os interesses portugueses em Moçambique concentravam-se numa faixa ao longo do vale do Zambeze e eram constituídos pelos prazos da coroa, ou concessões de território a particulares²⁸. O sistema de colonização portuguesa em Moçambique era tão fraco como as ligações comerciais entre esta colónia e Portugal. De facto, até ao século XVIII, o comércio marítimo levado a cabo pelas praças sob bandeira portuguesa estava sobretudo nas mãos de colonos indianos, que encaminhavam as exportações especialmente para o oceano Índico. Foi o incremento do tráfico de escravos no Atlântico que levou, tal como na África ocidental, a um aumento dos interesses na área. Mas Portugal debatia-se aqui também com a concorrência dos interesses franceses, em expansão desde Madagáscar²⁹. Tal como na zona ocidental, o tráfico de escravos de Moçambique, primeiramente afectado pelas guerras napoleónicas na Europa, ganhou

²⁶ V. Bowman (1987, p. 100). As exportações de amendoim da Guiné atingiram 1,1 milhões de alqueires em 1878, caindo para alguns milhares em 1897.

²⁷ No que diz respeito à situação na Guiné portuguesa, v. Bowman (1986) e Pélissier (1997b).

²⁸ V. Newitt (1995).

²⁹ Id. (1995, pp. 244-252).

um novo fôlego na sequência da abolição do tráfico atlântico. O aumento do tráfico de escravos a partir de Moçambique foi contemporâneo do estabelecimento de laços directos com o Brasil independente.

Em 1830 entrou em vigor o tratado que havia sido assinado em 1826 entre o Brasil e a Grã-Bretanha e que ilegalizou a importação de escravos no Brasil. As autoridades portuguesas, todavia, não cooperaram na aplicação deste tratado por causa dos efeitos perniciosos que teria sobre os traficantes e as colónias de portugueses em África. Nesta mesma época, o tráfico de escravos de Moçambique era ainda responsável por metade do valor total das exportações da colónia, incluindo as moedas de prata. A expansão do tráfico de escravos da África oriental portuguesa haveria de terminar por volta dos anos 1840, e isso devido a vários factores, incluindo secas prolongadas, dando lugar a movimentos migratórios nesta área, com as consequentes alterações ao nível político e militar³⁰.

As negociações do Tratado de Lourenço Marques, entre 1879 e 1881, marcaram um episódio que mostra mais uma vez o interesse dos governos portugueses nas suas colónias africanas. As origens do interesse britânico por este tratado prendem-se com a derrota sofrida às mãos do exército zulu em 1879 nos territórios do Natal e do Transval. Estes territórios não tinham acesso directo ao mar e o governo britânico pretendia assegurar esse acesso por forma a poder transportar homens, armas e munições e precaver futuros reveses. O governo português concordou com as reivindicações britânicas, preparando-se para conceder a dita liberdade de trânsito. Todavia, pediu em troca a construção, por parte dos Ingleses, de uma linha ferroviária entre Lourenço Marques e Pretória, projecto que não correspondia aos interesses britânicos, e as conversações sobre esta matéria foram adiadas.

O Tratado de Lourenço Marques foi, finalmente, assinado em Maio de 1879 sem que a construção da linha férrea pelos Britânicos ficasse garantida no acordo. Em consequência desta contrariedade diplomática, caiu o governo em Lisboa. O ministro inglês nesta capital enviou uma carta ao novo chefe do Conselho de Ministros com um «esboço de um ultimato, em protesto pela quebra do compromisso solene com a Grã-Bretanha», pedindo que a sessão parlamentar não fosse encerrada e se prolongasse para a ratificação do tratado. Foi grande o clamor provocado por este episódio. O Parlamento manteve-se aberto, mas o tratado foi enviado para a Comissão Constitucional por decisão da maioria dos deputados, que era ainda favorável ao governo derubado, uma vez que não tinha havido eleições. Deste modo, a votação foi adiada para o ano seguinte. Em 1881, o Parlamento, com uma nova maioria, favorável ao governo, votou o tratado. Porém, numa votação rara, que só foi

³⁰ V. Liesegang (1986) e Newitt (1995, pp. 251 e 264-266).

repetida uma vez mais, a Câmara dos Pares rejeitou o tratado, dando lugar a uma nova queda de governo³¹.

Por esta altura os interesses comerciais dos Portugueses na baía de Lourenço Marques eram reduzidos e a defesa da zona terá de justificar-se por razões políticas ou militares. Portugal, aliás, não estava sozinho quanto a este tipo de interesses. Em 1876, o governo do Cabo defendia a expansão da colónia para, entre outras coisas, impedir que os Boers chegassem à costa e que Portugal se expandisse para sul a partir de Angola³².

As relações entre a Grã-Bretanha e Portugal em África não eram só de conflito. Com uma fraca capacidade de intervenção militar, o governo português precisava de recorrer à diplomacia para manter e expandir o império africano. Para isso, a aliança com a Grã-Bretanha era importante, sobretudo quando e onde outros interesses coloniais estivessem em jogo. A Grã-Bretanha nem sempre estava interessada em ter controle administrativo directo e a administração portuguesa podia ser uma ajuda valiosa. Relativamente à ocupação da bacia do Congo, por exemplo, o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Londres opinava que «um mau inquilino era melhor do que uma casa vazia e que era melhor permitir desde logo a entrada de Portugal do que a ocupação pela França do território em disputa»³³.

No seguimento da política de entendimento entre os dois impérios coloniais, em Fevereiro de 1884 foi assinado um tratado que conferia o controle da costa de Angola até Cabinda, obrigando-se Portugal, no entanto, a manter a área aberta ao comércio de todas as nações e a não aumentar os direitos aduaneiros acima dos que haviam sido estabelecidos para Moçambique em 1877, os quais eram relativamente baixos. Este tratado, todavia, não viria a ser ratificado pelo Parlamento britânico, dada a oposição manifestada pelas demais potências europeias. Em última análise, a Conferência de Berlim de 1884-1885 foi também uma consequência dos problemas levantados pelo Tratado Luso-Britânico de 1884.

Ao contrário do I Congresso Internacional sobre África, que teve lugar em Bruxelas em 1878, Portugal assegurou a sua presença em Berlim³⁴. Após garantir às demais potências que estava comprometido com o comércio livre na área, Portugal pôde manter o controle administrativo sobre a margem norte do rio Congo. Mais uma vez, tratou-se de uma vitória diplomática com reduzidos benefícios económicos. Entre outras coisas, ficou excluída a possibilidade de arrecadar receitas alfandegárias que cobrissem os custos de administração do

³¹ Para a história do Tratado de Lourenço Marques, v. Axelson (1967, cap. 2).

³² V. Axelson (1967, p. 58).

³³ Id. (1967, p. 58).

³⁴ V. Caetano (1971, pp. 84-85).

novo território e eventuais futuras benfeitorias. O resultado da Conferência de Berlim foi ratificado pelo Parlamento de Lisboa, presumivelmente, porque reinava o sentimento de que pouco mais poderia ser alcançado.

Os anos que antecederam o ultimato inglês de Janeiro de 1890 foram marcados pelo regresso dos sentimentos antibritânicos. Repetiam-se as reacções emotivas da década de 1830, altura em que a Grã-Bretanha estivera empenhada em acabar com o tráfico de escravos de Portugal, e da década de 1870, quando tentara negociar favores militares em Lourenço Marques. Embora possa ter havido interesses comerciais em jogo, é mais seguro concluir que a disputa relativa ao mapa cor-de-rosa foi política. O *ultimatum* de 1890, com o qual a Grã-Bretanha pôs cobro às expedições militares portuguesas que visavam marcar os territórios reivindicados, resultou na queda de dois governos sucessivos em Lisboa e num motim republicano no Porto³⁵.

À data da Conferência de Berlim, em 1885, as colónias de África tinham um peso pequeno na economia portuguesa, que não mostrava tendência para aumentar no futuro imediato. O comércio colonial representava uma parte reduzida do comércio externo português. Para além disso, Portugal enviava pouco capital e poucos emigrantes para África. Em contrapartida, as colónias também não constituíam um encargo financeiro relevante para o governo central, dado que não tinham expressão no orçamento da metrópole e os défices das colónias eram ainda reduzidos. Atendendo ao fraco peso das colónias na economia portuguesa, torna-se difícil defender que a vontade demonstrada pelos governos de Lisboa de segurar territórios em África tivessem motivos económicos ou financeiros. A não ser que se demonstre que os governos reagiam a interesses particulares, esses sim interessados no comércio e demais exploração colonial.

As consequências políticas do *ultimatum* britânico de 1890 ofuscaram o facto de a definição das fronteiras das colónias portuguesas ter sido, nos anos subsequentes, bastante favorável a Portugal. É certo que o governo português não conseguiu juntar à colónia de Moçambique o território junto ao lago Niassa, mas pôde anexar o reino de Gaza, a sul, uma vez derrotado o Gungunhana, em 1895. Por outro lado, não foi permitida a anexação à colónia de Angola da região de Barotze, no Sul, mas, mais uma vez, a Lunda, uma vasta área que abrangia quase um quarto das fronteiras actuais e que em 1887 não havia sido reivindicada, foi anexada à colónia também em 1895.

É possível que o mapa das colónias portuguesas no Sul de África de 1895 tivesse um potencial de exploração económica menor do que o mapa virtual de 1887. Com efeito, as explorações mineiras de Cecil Rhodes e seus associados, parte das quais na área reclamada por Portugal, viriam a atingir

³⁵ V. Teixeira (1987).

proporções desconhecidas em qualquer das colónias portuguesas. Para além disso, a riqueza mineira foi um factor importante no desenvolvimento dos interesses europeus em África, uma vez que as suas receitas facilitavam o investimento necessário em infra-estruturas³⁶. Porém, como veremos, os territórios que couberam a Portugal também se revelaram interessantes do ponto de vista económico.

Quando, finalmente, ficaram definidas as fronteiras coloniais e as pretensões de Portugal em África foram asseguradas internacionalmente, o governo de Lisboa ficou livre na sua política africana. Rapidamente se passou de uma fase liberal, quanto ao comércio e à administração, para um novo «sistema colonial», que visava assegurar as receitas necessárias à administração dos territórios e, eventualmente, beneficiar a metrópole.

3. O NOVO SISTEMA COLONIAL, 1892-1930

Em 1892, já depois da Conferência de Berlim e do *ultimatum* britânico, mas ainda antes da definição completa das fronteiras, o governo português sentiu-se suficientemente forte para promulgar uma pauta aduaneira colonial que tudo ou quase tudo mudou. Com a nova pauta, as exportações de Portugal para as colónias africanas passaram a pagar entre 10% e 20% dos direitos estabelecidos na pauta geral, enquanto os produtos estrangeiros reexportados para as colónias através de Lisboa pagavam 80% e as exportações directas de outros países para as colónias pagavam o total da tarifa geral³⁷.

O resultado deste regime foi um crescimento significativo nas trocas comerciais entre Portugal e África, particularmente no que diz respeito às exportações portuguesas para as colónias africanas e destas para terceiros países, expedidas através de Portugal como reexportações. Assim, depois de anos de marasmo, em 1900-1909 o peso das exportações para as colónias africanas ascendia a 15% do total das exportações portuguesas. As importações de Portugal, por seu lado, mantiveram-se ao nível do que tinham sido meio século antes (v. quadro n.º 4). Maior foi o crescimento das reexportações de produtos coloniais para outros países, através de Lisboa, de tal forma que, logo na década de 1890-1899, o valor das reexportações das colónias portuguesas era comparativamente maior do que o valor das reexportações a partir da Grã-Bretanha e da França (v. quadro n.º 6).

³⁶ V. Frankel (1938).

³⁷ V., por exemplo, *Pautas vigentes* [...] (1982).

Comércio colonial
(percentagem do comércio total)

[QUADRO N.º 4]

	Importações		Exportações	
	Colónias africanas	Outras colónias	Colónias africanas	Outras colónias
1840-1849	0,5	—	1,0	—
1850-1859	1,9	—	2,4	—
1860-1869	2,5	—	3,1	—
1870-1879	2,4	—	3,7	—
1880-1889	2,0	—	2,9	—
1890-1899	2,4	—	10,8	—
1900-1909	2,9	—	15,3	—
1905-1914	3,3	—	15,1	—
1920	3,8	—	14,1	—
1930-1939	10,2	0,0	11,9	0,2
1940-1949	13,2	0,0	19,5	0,6
1950-1959	14,0	0,1	25,1	0,6
1960-1969	14,1	0,2	24,1	0,3
1970-1974	11,7	0,4	17,8	0,2

Nota. — Dados para 1842, 1843, 1848, 1851, 1855, 1856, 1861, 1865-1914, 1920 e 1930-1974.

Fontes: 1842-1914: Lains (1992, p. 127); 1920: Castro (1979, p. 229); 1930-1974: Ferreira (1994, quadros n.ºs 1-3, e no prelo).

Exportações europeias para as seguintes áreas, 1913
(percentagem)

[QUADRO N.º 5]

	Europa	América do Norte	América do Sul	Ásia	África	Oceânia
Portugal	59,8	3,0	18,7	2,2	16,3	0,0
Dinamarca	97,6	1,4	0,4	0,3	0,2	0,1
Finlândia	98,0	0,0	0,1	0,0	2,0	0,0
Noruega	80,8	8,5	4,3	1,9	1,4	3,0
Suécia	86,9	5,2	1,3	2,6	2,7	1,0
França	69,8	7,4	6,9	3,5	12,3	0,1
Itália	65,8	13,3	11,6	4,4	4,3	0,4
Espanha	70,6	6,5	18,2	1,4	3,2	0,1
Reino Unido	35,2	11,6	12,6	24,5	7,4	8,6

Fonte: Bairoch (1974, p. 573).

Importância das reexportações, 1861-1913

(percentagem)

[QUADRO N.º 6]

	Portugal	Reino Unido	França
1861-1870	9,4	17,2	3,2
1871-1880	9,7	15,5	1,2
1881-1890	11,6	15,9	1,2
1891-1900	21,3	13,6	1,4
1901-1913	21,1	13,9	1,4

Nota: Reexportações/(reexportações + importações).

Fontes: Lains (1992, p. 186), Imlah (1958, p. 170) e Levy-Leboyer (1973, p. 86).

O principal resultado da pauta aduaneira de 1892 foi o facto de as receitas em divisas estrangeiras decorrentes das exportações das colónias serem retidas na metrópole, enquanto Portugal pagava às colónias em moeda nacional. Essas receitas ganharam um papel de relevo na balança de pagamentos portuguesa. Em 1893 o ministro das Colónias ao tempo do mapa cor-de-rosa, Barros Gomes, lembrava na Sociedade de Geografia de Lisboa «a crescente importância para a economia portuguesa das divisas estrangeiras provenientes de Angola»³⁸. Dado que as remessas dos emigrantes do Brasil — anteriormente a principal fonte de financiamento da balança de pagamentos portuguesa — haviam sofrido um severo revés entre 1888 e 1900, a alteração nas tarifas alfandegárias coloniais não podia ter vindo em melhor altura.

No Brasil, na sequência da revolução republicana e da abolição da escravatura, em 1888, a moeda brasileira sofreu uma forte desvalorização e os emigrantes portugueses reduziram as remessas, particularmente entre 1890 e 1894. Em Portugal, a carência de ouro e de moeda estrangeira daí resultante levou a uma crise no pagamento dos *coupons* da dívida externa, em 1891, que tardou a ser resolvida e que levou ao abandono do padrão-ouro. Esta crise financeira teve amplas implicações políticas, embora as suas consequências económicas fossem menos sérias do que em tempos pensaram os historiadores³⁹.

No quadro n.º 7 estão patentes os valores corrigidos do comércio directo de Portugal e das reexportações das colónias africanas⁴⁰. Na coluna (c) do

³⁸ Cit. por Alexandre (1979, p. 63). Cf. uma opinião semelhante expressa em 1899 pelo então ministro da Marinha e das Colónias, cit. em Lains (1995, p. 130).

³⁹ V. Lains (1995); v. também Cordeiro (1896, p. 400), Salazar (1916, pp. 193-199) e Clarence-Smith (1985, pp. 86-87).

⁴⁰ Para pormenores respeitantes à correcção dos dados relativos ao comércio externo, v. Lains (1995, apêndice B).

quadro pode ver-se que a balança comercial portuguesa, isto é, da metrópole, se manteve em défice em quase todo o período de 1865 a 1913, à excepção da década de 1890-1899, quando o mil-réis sofreu uma desvalorização. A coluna (f) apresenta a balança comercial das colónias, que se manteve positiva a partir de 1875-1879. A coluna (i) mostra a balança das reexportações coloniais, também positiva ao longo do período em causa. Estas balanças traduzem proveitos de natureza diferente, uma vez que o comércio para fora do império é realizado em ouro e divisas estrangeiras, ao passo que o comércio intra-império é realizado em moeda portuguesa. Uma vez que todas as divisas são retidas na metrópole, a balança relevante em moeda estrangeira corresponde à balança comercial portuguesa, deduzida da balança de Portugal com as colónias e acrescida da balança das reexportações das colónias, apresentada na coluna (j) do quadro n.º 7. Dessa balança resulta que, a partir de 1890-1894 a balança de Portugal em moeda estrangeira foi positiva, com excepção do quinquénio de 1905-1909.

Portugal: balanças comerciais (valores corrigidos)
(milhares de contos)

[QUADRO N.º 7]

	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)
	Comércio total			Comércio com África			Reexportações coloniais			BC3 (c)-(f)+(i)
	Expor- tações	Impor- tações	BC (a)-(b)	Expor- tações	Impor- tações	BC1 (d)-(e)	De África	Para África	BC2 (g)-(h)	
1855-1856	15 760	19 640	- 3 880	390	437	- 47	1 145	932	212	- 3 621
1861	13 875	29 043	- 15 168	515	630	- 115	916	1 299	- 384	- 15 437
1865-1869	15 164	27 967	- 12 802	484	727	- 243	1 614	1 431	182	- 12 377
1870-1874	23 132	28 091	- 4 959	758	760	- 3	2 472	1 977	494	- 4 462
1875-1879	24 513	31 554	- 7 041	1 047	663	384	2 468	2 118	350	- 7 075
1880-1884	24 058	30 885	- 6 826	665	621	44	1 982	2 134	- 152	- 7 022
1885-1889	32 344	35 139	- 2 795	1 009	697	312	3 288	2 417	872	- 2 235
1890-1894	37 316	34 570	2 746	2 712	805	1 907	8 819	3 396	5 423	6 262
1895-1899	55 360	39 146	16 214	7 806	963	6 843	14 995	3 879	11 117	20 488
1900-1904	53 712	54 876	- 1 164	8 187	1 486	6 701	17 404	3 806	13 598	5 732
1905-1909	44 808	59 388	- 14 580	6 906	1 820	5 086	16 243	4 297	11 946	- 7 720
1910-1913	64 938	73 058	- 8 120	9 659	2 393	7 267	25 490	5 804	19 686	4 299

Fonte: Lains (1992, p. 184, e 1995, p. 132).

No quadro n.º 8 pode ver-se que o valor corrigido das reexportações coloniais se aproximou e eventualmente ultrapassou o valor das remessas dos emigrantes a partir de 1890-1893. Em 1910-1913, o valor das reexportações era cerca de 1,5 vezes superior ao valor das remessas de emigrantes. A conclusão que se retira dos valores revistos das reexportações é diferente da conclusão a partir dos dados oficiais. Com efeito, os dados oficiais levaram Clarence-Smith (1985) a concluir que as reexportações cobriam menos de metade do défice da balança de transacções correntes durante a década de

1905-1915, sendo o resto coberto pelas remessas dos emigrantes. A revisão dos dados oficiais implica que as remessas dos emigrantes eram substancialmente mais baixas ou que a balança de pagamentos portuguesa era positiva, como acima se defende⁴¹.

Reexportações e remessas de emigrantes

(contos)

[QUADRO N.º 8]

	Reex- portações	Remessas		(d) = (a)/(c)
		Registadas	Estimadas	
	(a)	(b)	(c)	
1878-1879	695	2 961	11844	0,059
1888-1889	2 201	3 796	15 184	0,145
1890-1893	5 614	1 078	4 312	1,302
1896-1899	13 182	1 965	7 860	1,677
1900-1904	15 563	4 225	16 900	0,921
1907-1909	13 721	4 126	16 504	0,831
1910-1913	21 445	3 558	14 232	1,506

Nota e fontes: Valores das transferências de remessas pelo Banco de Portugal e Agência Financeira do Rio de Janeiro multiplicados por 4, segundo Pereira (1981, p. 44, e 1983, p. 255). Para as remessas, cf. Chaney (1986, p. 12) e Mata (1987, p. 28).

No quadro n.º 9 apresenta-se a evolução do peso das despesas com as colónias no total das despesas públicas portuguesas a partir de 1852. As despesas coloniais estão também discriminadas por funções. Dos valores aí apresentados conclui-se que as despesas com as colónias se situavam abaixo dos 5% do total das despesas totais do Estado português na maior parte do período entre 1852 e 1974. As excepções a esta regra deveram-se às operações militares durante a década de 1890, à Primeira Guerra Mundial e à guerra colonial de 1961-1974. Se incluirmos nas despesas coloniais do governo da metrópole os défices dos governos-gerais da Guiné e de Moçambique, a parte do total da despesa com o império no orçamento português situou-se abaixo da registada em França no período de 1850 a 1910⁴².

⁴¹ V. Clarence-Smith (1985, p. 87). Não há estimativas para o total das remessas e os valores do quadro n.º 8 são apenas uma aproximação. Os valores deste quadro corrigem os que foram erradamente publicados num quadro equivalente em Lains (1998). O estudo mais completo dos efeitos das remessas dos emigrantes na balança de pagamentos portuguesa depois de 1891 ainda é o de Salazar (1916, cap. 7). V. também Pereira (1981, pp. 39-44) e Lains (1995, p. 127); v. ainda Mata (1987) e Reis (1991).

⁴² A classificação das despesas públicas portuguesas com as colónias não é rigorosa, uma vez que elas estavam incluídas em orçamentos de mais de um ministério. Os erros, todavia, não são importantes. Acresce que o peso das colónias poderá estar sobreavaliado. Macedo (1910, pp. 33-35 e 52-54), por exemplo, estima que o total do défice real para o período de 1853 a 1907 equivalia a 56% do défice orçamentado, patente no quadro n.º 9. Para o caso francês, v. Dormois e Crouzet (1998).

Despesas públicas
(contos)

[QUADRO N.º 9]

	Total	Colónias				Colónias/ total (percentagem)
		Valor total	Em percentagem			
			Investi- mento	Militares	Outras	
1852-1860	11 220	10	—	—	—	0,1
1861-1870	14 860	340	—	—	—	2,3
1871-1880	22 610	360	—	—	—	1,6
1881-1890	31 630	1 230	92,9	—	7,1	3,9
1891-1900	44 740	2 560	59,0	19,3	21,7	5,7
1901-1910	57 420	2 780	65,2	4,9	30,0	4,8
1911-1920	147 100	11 500	16,2	75,0	8,8	7,8
1921-1930	1 399 500	62 500	82,4	2,3	15,3	4,5
1931-1940	2 591 000	29 400	12,0	1,3	86,8	1,1
1941-1950	3 790 500	186 700	59,9	24,5	15,6	4,9
1951-1960	7 747 300	498 200	36,4	51,4	12,2	6,4
1961-1970	20 682 100	5 387 900	11,8	85,8	2,5	26,1
1971-1976	66 854 600	10 001 700	13,6	85,2	1,2	15,0

Nota.— As despesas totais são de Mata (1993, quadro n.º 39). Os dados para a distribuição das despesas coloniais são relativos aos períodos de 1884 a 1897 e de 1908 em diante.

Fontes: 1851-1914: Mata (1993, quadros n.ºs 10, 14 e 39); 1915-1980: Ferreira e Pedra (1988, anexo I).

Angola: orçamento colonial
(milhares de contos)

[QUADRO N.º 10]

	Receitas	Despesas	Saldo
1819	175	142	33
1822	152	183	— 31
1824-1825	164	180	— 16
1829-1832	149	143	6
1843	133	208	— 75
1853-1859	241	267	— 26
1860-1869	247	353	— 106
1870-1879	419	433	— 14
1880-1889	571	751	— 180
1890-1899	1 295	1 462	— 167
1900-1909	1 843	2 477	— 634
1910-1914	2 797	3 889	— 1 092

Fontes: 1819-1910: Macedo (1910, pp. 45 e 47-48); 1911-1914: Péliissier (1997a, p. 228).

Os benefícios que a economia da metrópole podia retirar das colónias dependiam da capacidade de oferta de produtos coloniais para exportação. No quadro n.º 11 podem ver-se os principais produtos de exportação do império.

Na lista dessas exportações incluem-se produções controladas por africanos, sem administração nem capitais europeus, como a borracha selvagem, a cera e o pescado, e produções de plantações a cargo de colonos europeus, como o cacau, o café, as sementes oleaginosas e o açúcar. A importância dos produtos de produção nativa decresceu no período entre 1901 e 1936, enquanto as exportações das plantações aumentaram, à excepção do cacau. De facto, as exportações de açúcar (especialmente de Moçambique), café (especialmente de São Tomé e Angola), algodão e sisal (de Angola e Moçambique) e milho (de Angola) aumentaram no período de 1901 a 1936. As exportações da África portuguesa duplicaram entre 1901 e 1919 (em libras esterlinas e a preços correntes), verificando-se um declínio durante a Primeira Grande Guerra e estabilizando daí para a frente, até 1929, para se assistir a novo declínio até 1934, ano em que os níveis do início do século foram restabelecidos (v. quadro n.º 12)⁴³. As colónias portuguesas sofreram, provavelmente, tanto como as outras economias dependentes da exportação de produtos primários.

Composição das exportações coloniais, 1901-1936

[QUADRO N.º 11]

	Milhares de contos				Percentagem			
	1901	1913	1927	1936	1901	1913	1927	1936
Gado	13	93	2 622	2 659	0,1	0,4	0,4	0,4
Peles	69	222	7 481	5 694	0,6	1,1	1,1	0,9
Cera	511	660	14 258	14 230	4,2	3,2	2,1	2,3
Sementes	913	3 081	183 046	150 274	7,4	14,8	27,5	23,9
Óleos	34	99	11 273	4 893	0,3	0,5	1,7	0,8
Algodão	9	80	16 639	33 258	0,1	0,4	2,5	5,3
Sisal	0	17	14 810	52 405	0,0	0,1	2,2	8,3
Tabaco	0	11	833	890	0,0	0,1	0,1	0,1
Borracha	3 326	2 367	1 395	293	27,1	11,4	0,2	0,0
Madeira	44	62	1 299	1 549	0,4	0,3	0,2	0,2
Diamantes	0	0	38 498	83 338	0,0	0,0	5,8	13,2
Ouro	0	0	4 449	4 802	0,0	0,0	0,7	0,8
Carvão	0	0	389	546	0,0	0,0	0,1	0,1
Pescado	736	769	32 913	18 382	6,0	3,7	4,9	2,9
Açúcar	163	2 331	87 749	75 934	1,3	11,2	13,2	12,1
Café	1 122	1 440	67 917	59 680	9,2	6,9	10,2	9,5
Cacau	4 180	7 172	83 987	23 686	34,1	34,4	12,6	3,8
Cereais	90	287	55 341	57 364	0,7	1,4	8,3	9,1
Sal	73	60	4 041	2 324	0,6	0,3	0,6	0,4
Outros	974	2 091	36 937	37 001	7,9	10,0	5,5	5,9
<i>Total</i>	<i>12 257</i>	<i>20 842</i>	<i>665 877</i>	<i>629 202</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>

Nota. — Excluindo a Companhia do Niassa e Macau.

Fonte: Salgado (1939, quadro n.º 12b).

⁴³ O quadro n.º 11 inclui o valor do comércio para as colónias asiáticas (a Índia portuguesa, Macau e Timor). O valor do comércio da Índia portuguesa e de Timor é relativamente pequeno, e Macau era um porto de passagem para a China.

Comércio colonial, 1901-1936

(milhares de libras)

[QUADRO N.º 12]

	Exportações								Total	Total África
	Guiné	Cabo Verde	São Tomé	Angola	Moçambique	Índia	Macau	Timor		
Exportações										
1901-1910 ..	109	62	1 422	1 116	662	144	1 572	67	5 154	3 371
1911-1920 ..	304	53	1 239	1 188	1 250	245	1 643	90	6 013	4 034
1921-1930 ..	357	32	615	2 029	2 603	293	1 518	144	7 591	5 636
1931-1936 ..	273	24	285	2 148	1 521	194	788	59	5 292	4 251
Importações										
1901-1910 ..	167	173	572	1 266	1 707	416	1 845	59	6 205	3 885
1911-1920 ..	367	229	733	1 149	2 528	726	2 231	79	8 043	5 007
1921-1930 ..	387	335	351	2 229	3 930	1 121	2 740	113	11 206	7 232
1931-1936 ..	233	222	165	1 506	2 973	1 111	1 840	59	8 109	5 098

Fonte: Salgado (1939, quadros n.ºs 3 e 6).

O crescimento das exportações de produtos coloniais dependia da produção interna, decorrente da extracção dos recursos existentes, como a borracha, ou da oferta das plantações, e do transporte do interior para a costa. Com o fim de serem recolhidas receitas nas alfândegas, era importante que as produções fossem dirigidas para os portos sob administração portuguesa. E essa era seguramente uma das principais preocupações das autoridades, tarefa que não era facilitada pela proximidade de pontos de embarque alternativos próximos das fronteiras coloniais. Com efeito, a norte de Angola situava-se a zona de comércio livre do Congo, para onde deviam ser desviados muitos produtos de origem angolana. O mesmo se passava a norte de Moçambique, com o desvio de mercadorias para o Zambeze. A definição das fronteiras, na década de 1890, ajudou a estabelecer o controle sobre o destino da produção colonial, que, ao ser canalizada para as alfândegas sob administração portuguesa, contribuía para as receitas da administração local e, por essa via, dava os meios necessários à intensificação do controle. Por outro lado, o facto de os produtos de exportação passarem pelas alfândegas portuguesas induzia o comércio de reexportação via Lisboa, uma vez que esse comércio era favorecido nas pautas. Este era um dos alicerces do novo «sistema» colonial. Mas esse alicerce não era suficiente.

Para garantir a produção nas plantações e a extracção nas florestas era necessária mão-de-obra, um factor de produção escasso em África, provavelmente menos do que o capital, mas seguramente mais do que a terra. O controle das populações africanas tornou-se mais difícil depois da abolição da escravatura. Esse controle era uma questão da maior importância para uma colonização bem sucedida não só porque contribuía para a obtenção da

mão-de-obra necessária às plantações, mas também porque permitia cobrar impostos.

Em 1899, um novo código laboral foi aplicado a todos os nativos africanos, impondo um regime de trabalho forçado⁴⁴. Este código e a pauta de 1892 foram acompanhados por um reforço das atribuições dos altos comissários das colónias. Esse novo papel atraiu homens de maior reputação política e que acabaram por exigir maior autonomia administrativa, que conseguiram a seguir à implantação da República. Entretanto, os encargos fiscais com as colónias aumentaram a partir da década de 1890, particularmente em Angola. Durante a Primeira Guerra Mundial, a parte das colónias nas despesas do governo da metrópole subiu para 12%, descendo depois para um nível semelhante ao que se verificara no século XIX (cf. quadro n.º 9). Os orçamentos coloniais, todavia, tornaram-se cada vez mais desequilibrados, especialmente no caso de Angola, em grande parte porque as despesas militares mais do que triplicaram nos períodos entre 1883 e 1887 e 1903 e 1907, tendo atingido em 1907 um máximo de 51% do total da despesa para esse ano⁴⁵.

A posição geralmente favorável das colónias de África na balança de pagamentos portuguesa e o seu peso relativamente baixo no orçamento da metrópole chegaram gradualmente ao fim durante o regime republicano (1910-1926). Quatro factores contribuíram para este resultado. Em primeiro lugar, a guerra contra o poder indígena na Guiné, em Angola e em Moçambique intensificou-se até 1926, quando teve lugar o último conflito importante nas colónias. Em segundo lugar, a autonomia concedida aos altos-comissários levou ao aumento das despesas de investimento colonial, uma política que era apoiada por Lisboa, porque se acreditava que as colónias necessitavam de infra-estruturas para as tornar rentáveis e menos propensas à guerra. Em terceiro lugar, no que diz respeito ao tipo de produtos primários exportados pelas colónias portuguesas, foi particularmente forte o impacto negativo da Primeira Guerra Mundial nos mercados internacionais. Por fim, a forma como Portugal financiou a guerra provocou uma inflação elevada e perturbações nas finanças públicas, tanto na metrópole como nas colónias.

Ao golpe de Estado de 1926 seguiu-se um período de reorganização financeira, levada a cabo pelo Estado Novo. Nas colónias foi mais difícil implementar as reformas, porque foram mais graves os efeitos da grande depressão de 1929-1932. A balança comercial de Portugal com as colónias entrou em défice substancial, primeiramente, em 1913 e, posteriormente, ao longo da década de 20. Nos anos de 1929 a 1931 verificaram-se os maiores défices desde o início

⁴⁴ Essa obrigação foi posteriormente regulamentada pelos códigos laborais de 1926 e 1928 e em 1930 foi limitada ao trabalho em obras públicas [v. Duffy (1961, pp. 318-321)].

⁴⁵ Em 1900-1910, o défice acumulado para o Governo-Geral de Angola (7100 contos) ultrapassava o défice das cinco décadas anteriores, de 1852 a 1899 (5500 contos) [v. Macedo (1910, pp. 54-61)].

do século. As exportações não recuperaram e as importações sofreram um corte aproximadamente de metade entre o máximo de 1929 e o ano de 1934⁴⁶.

4. A CONSOLIDAÇÃO E O FIM DO IMPÉRIO, 1930-1975

O Acto Colonial de 1930 marcou uma nova era no relacionamento de Portugal com as colónias. Este acto, que viria a ser integrado na Constituição de 1933, visava estabelecer um novo sistema colonial que se pautava pelo equilíbrio de comércio e de pagamentos efectuados entre Portugal e as colónias. Acresce que a autonomia das administrações coloniais era diminuída de modo que todo o sistema pudesse ser gerido a partir de Lisboa. Esta estratégia tinha como fim criar um equilíbrio financeiro no seio do império. Por intermédio do controle dos câmbios, imposto em 1931, o novo sistema canalizou a moeda estrangeira resultante das exportações coloniais para a economia da metrópole, criando, assim, uma fonte importante dos meios para financiar os défices de Portugal na conta corrente da balança de pagamentos. Acrescenta-se que a quota das colónias no comércio português aumentou substancialmente. O sector exportador português respondia, finalmente, às oportunidades oferecidas pelos mercados protegidos em África, ao passo que o consumo pela indústria portuguesa de matérias-primas coloniais, como fibras têxteis e óleos industriais, aumentava gradualmente com a industrialização do país.

No quadro n.º 13 apresentam-se os valores do comércio do império português para 1927-1931. Aí pode ver-se que as colónias tinham défices comerciais reduzidos tanto no que diz respeito ao comércio total (1 060 600 contos de exportações contra 1 142 700 contos de importações) como no que diz respeito ao comércio com terceiros países (812 000 contos contra 987 000). O quadro n.º 14 mostra uma situação idêntica para os anos de 1932-1936 e 1947-1951 (para estes anos o défice deverá ser reduzido pela aplicação de um factor de 30% ao valor das exportações)⁴⁷. A quota dos países estrangeiros nas exportações das colónias da África portuguesa aumentou de 1901 para 1927-1931, estabilizou nos anos 1932-1936, voltando a aumentar em 1947-1951. Entre 1927 e 1931 e 1932 e 1936 a quota das importações coloniais de fora do império baixou de 72% para 62%. Contudo, o declínio nas importações totais foi mais acentuado do que o declínio das exportações e as colónias apresentaram, provavelmente, um excedente no princípio dos anos 30 (se se tiver em conta a correcção do valor oficial das exportações). Tal resultado decorreu das medidas proteccionistas impostas pelo Acto Colonial de 1930.

⁴⁶ V. Duffy (1961, pp. 331).

⁴⁷ Não existe uma revisão equivalente à apresentada no quadro n.º 7 para as estatísticas relativas ao comércio externo português no período após 1914. Ribeiro Salgado (1934, p. 91) sugere que as exportações de Portugal tinham sido depreciadas em 50% e as exportações das colónias em 30%.

O governo de Lisboa impôs o equilíbrio das contas públicas e dos saldos comerciais das colónias e logo em 1931 os orçamentos de Angola e Moçambique atingiram uma situação de equilíbrio. O saldo do orçamento da colónia de Moçambique atingiu valores excedentários durante a maior parte das décadas seguintes devido às receitas dos impostos sobre a emigração de africanos para as minas das Rodésias e da África do Sul⁴⁸. Estas medidas tiveram seguramente um efeito contraccionista nas economias africanas. Todavia, após a Segunda Guerra Mundial, as colónias africanas voltaram a ser uma fonte de moeda estrangeira para Portugal e a política de contracção de despesas foi abrandada. O sistema «arcaico» de reexportações através de Lisboa, reforçado pelo regime de taxas de 1892, foi substituído em 1930 por um sistema de controlos do câmbio que determinava que os ganhos em moeda estrangeira oriundos das exportações africanas tinham de ser depositados no Banco de Portugal, em Lisboa, em troca de escudos portugueses e outras moedas coloniais (oscilando a proporção destas duas moedas de colónia para colónia). As importações directas das colónias podiam ser pagas em escudos, em Portugal, e as importações de países estrangeiros tinham de ser liquidadas em moeda estrangeira, facultada, dentro de certos limites, pelo governo português⁴⁹.

Comércio no império, 1927-1931
(contos)

[QUADRO N.º 13]

Valores oficiais	Exportações para			
	Portugal	Colónias	Outros países	Total
Portugal	—	191 200	2 198 600	2 389 800
Colónias	103 600	—	987 300	1 090 900
Outros países	812 900	624 600	—	1 437 500
<i>Total</i>	916 500	815 800	3 185 900	4 918 200
Valores corrigidos				
Portugal	—	248 600	2 198 600	2 447 200
Colónias	155 400	—	987 300	1 142 700
Outros países	1 219 400	812 000	—	2 031 400
<i>Total</i>	1 374 800	1 060 600	3 185 900	5 621 300

Nota. — Para corrigir o valor das exportações de Portugal aplicou-se uma taxa de 50%; e de 30% para as exportações das colónias. Os valores das exportações dos outros países (importações) não foram corrigidos [v. Salgado (1934) e Lains (1995, apêndice B)].

Fonte: Adaptado de Salgado (1934, quadro n.º 1).

⁴⁸ V. Duffy (1961, p. 331).
⁴⁹ V. Castro (1980, p. 168) e Clarence-Smith (1985, p. 16).

Comércio das colónias portuguesas, 1901, 1913, 1927-1936 e 1947-1951

(contos)

[QUADRO N.º 14]

		Guiné	Cabo Verde	São Tomé	Angola	Moçambique	Total
Exportações para							
1901	Portugal	74	303	4 480	4 208	146	9 211
	Outras colónias . .	2	49	17	219	129	416
	Outros países . . .	273	21	—	101	1 612	2 007
	<i>Total</i>	349	373	4 497	4 528	1 887	11 634
1913	Portugal	275	282	7 236	4 512	342	12 647
	Outras colónias . .	1	21	152	229	1 265	1 668
	Outros países . . .	1 209	11	10	841	3 713	5 784
	<i>Total</i>	1 485	314	7398	5 582	5 320	20 099
1927-1931	Portugal	21 390	2 251	59 325	102 965	42 688	228 619
	Outras colónias . .	134	206	467	9 275	5 277	15 359
	Outros países . . .	17 586	663	765	130 695	197 593	347 302
	<i>Total</i>	39 110	3 120	60 557	242 935	245 558	591 280
1932-1936	Portugal	19 285	2 111	30 597	125 189	46 847	224 029
	Outras colónias . .	271	140	230	4 027	4 972	9 640
	Outros países . . .	10 608	449	32	136 964	114 112	262 165
	<i>Total</i>	30 164	2 700	30 859	266 180	165 931	495 834
1947-1951	Portugal	107 553	7 622	19 763	461 392	385 599	981 929
	Outros	27 018	207 655	182 051	1 462 827	603 520	2 483 071
	<i>Total</i>	134 571	215 277	201 814	1 924 219	989 119	3 465 000
Importações de							
1901	Portugal	122	435	818	1 668	1 302	4 345
	Outras colónias . .	8	23	234	49	283	597
	Outros países . . .	374	458	1 426	2 381	4 603	9 242
	<i>Total</i>	504	916	2 478	4 098	6 188	14 184
1913	Portugal	213	238	973	1 596	1 833	4 853
	Outras colónias . .	13	22	440	14	904	1 393
	Outros países . . .	1 402	948	2 313	4 439	9 050	18 152
	<i>Total</i>	1 628	1 208	3 726	6 049	11 787	24 398
1927-1931	Portugal	9 028	8 405	13 190	85 009	81 958	197 590
	Outras colónias . .	603	1 241	9 828	845	17 833	30 350
	Outros países . . .	22 105	23 946	16 580	161 274	371 534	595 439
	<i>Total</i>	31 736	3 592	39 598	247 128	471 325	823 379
1932-1936	Portugal	9 066	6 548	6 891	84 926	73 095	180 526
	Outras colónias . .	618	2 754	4 387	475	5 236	13 470
	Outros países . . .	17 349	14 188	6 372	83 836	226 273	348 018
	<i>Total</i>	27 033	23 490	17 650	169 237	304 604	542 014
1947-1951	Portugal	109 667	31 958	48 471	720 163	549 245	1 459 504
	Outros	40 568	242 649	210 156	751 739	1 181 660	2 426 772
	<i>Total</i>	150 235	274 607	258 627	1 471 902	1 730 905	3 886 276

Fontes: Salgado (1939, quadro n.º 8) e Comércio Externo (1953-1954).

Relativamente à balança de pagamentos no seio do império, só existem números oficiais a partir de 1964, mas é possível ter uma ideia da contribuição das colónias para a balança de pagamentos portuguesa no período desde 1947. O quadro n.º 15 mostra que, no que se refere aos valores relativos aos rendimentos do império (Portugal e suas colónias), a balança de pagamentos apresenta um saldo positivo para a maior parte do período entre 1950 e 1971. Até 1965, os valores relativos aos rendimentos só de Portugal apresentavam um défice, sendo, pois, o excedente global atribuível ao contributo das colónias⁵⁰. A partir de 1965, as colónias puderam reter os seus excedentes, mas nessa altura já Portugal tinha um excedente com países estrangeiros e a importância relativa das colónias tinha decaído. De 1967 em diante, as contribuições provenientes das remessas de emigrantes ultrapassaram as colónias enquanto fontes de moeda estrangeira, tendo o contributo das colónias para os ganhos em moeda estrangeira por parte de Portugal diminuído significativamente em 1973. A contribuição das colónias para a balança de pagamentos de Portugal está relacionada com a participação no comércio externo português. Nos anos 60 as exportações para as colónias correspondiam a 24% do total das exportações e a 4% do PIB de Portugal (v. quadro n.º 16).

A redução da importância das relações dentro do império, quer para Portugal, quer para as colónias, esteve associada à adesão de Portugal à EFTA, em 1959, e ao Acordo Internacional de Tarifas (GATT), em 1962. A redução das tarifas aduaneiras da metrópole foi gradual, mas implicou um reforço das relações comerciais não coloniais. Estas medidas de maior abertura ao exterior por parte de Portugal tiveram como contrapeso a instauração, em 1962, do Espaço Económico Português, uma zona de comércio livre dentro do império. Mas isso não impediu a gradual perda de importância do comércio colonial no conjunto do comércio de cada uma das áreas⁵¹.

Para uma avaliação global da contribuição das colónias para a economia portuguesa é necessário somar às transferências oficiais de moeda estrangeira os ganhos procedentes da venda de diamantes angolanos e as receitas do Caminho de Ferro de Benguela, que não estavam incluídas no cômputo oficial⁵². Também será necessário levar à conta dos benefícios para Portugal os ganhos decorrentes da diferença entre o preço que Portugal pagava às colónias e os preços internacionais, o capital retido nas colónias em juros ou depósitos pertencentes a cidadãos portugueses⁵³.

Segundo a estimativa de Armando de Castro (1980), os benefícios financeiros globais das colónias eram largamente superiores às transferências oficiais de moeda estrangeira (v. quadro n.º 17). Com efeito, em 1957 as

⁵⁰ Nos anos 50 a contribuição das colónias africanas para a balança de pagamentos era também de grande importância para a Grã-Bretanha, Bélgica e França [v. Rodney (1982, pp. 171-172)] e Havinden e Meredith (1993).

⁵¹ V. Ferreira (1990 e no prelo).

⁵² V. Castro (1980) e Leite (1990).

⁵³ Em 1960 o diferencial de preço passou a ser desfavorável às colónias.

Balança de pagamentos
(milhares de contos)

[QUADRO N.º 15]

	1	2	3	4	5
	Portugal- -outros países	Colónias- -outros países	Portugal- -colónias	Império (1 + 2)	Portugal (1 + 3)
1948	- 3 011	45	-	- 2 966	-
1949	- 2 461	425	-	- 2 036	-
1950	- 397	868	-	471	-
1951	- 152	2 331	-	2 179	-
1952	- 1 281	1 702	-	421	-
1953	- 791	2 876	-	2 085	-
1954	- 1 072	2 460	-	1 388	-
1955	- 1 327	1 956	-	629	-
1956	- 1 406	2 298	-	892	-
1957	- 2 422	2 242	-	- 180	-
1958	- 2 137	2 962	-	825	-
1959	- 2 017	2 807	-	790	-
1960	- 3 176	2 647	-	- 529	-
1961	- 6 455	3 349	-	- 3 106	-
1962	575	2 263	-	2 838	-
1963	- 711	2 476	-	1 765	-
1964	- 495	3 626	1 861	3 131	1 366
1965	- 485	2 454	2 945	1 969	2 460
1966	1 868	2 044	2 002	3 912	3 870
1967	3 974	2 093	2 417	6 067	6 391
1968	1 268	2 847	3 033	4 115	4 301
1969	- 514	2 157	3 587	1 643	3 073
1970	94	2 437	2 167	2 531	2 261
1971	7 865	387	- 200	8 252	7 665
1972	8 763	1 122	- 641	9 885	8 122
1973	6 517	-	1 886	-	8 403

Nota.— A coluna 1 inclui, até 1967, os erros e omissões da balança colónias-outros países.

Fonte: Rocha (1982, quadros n.ºs 1 e 2).

transferências de Angola e Moçambique atingiam 1 110 000 contos, sendo que os demais benefícios totalizavam 2 652 000 contos. Os cálculos de Armando Castro (1980) não coincidem totalmente com os dados apresentados anteriormente no quadro n.º 15, porquanto abrangem valores já incluídos nas várias balanças de pagamentos do império. Todavia, podemos concluir com segurança que as receitas oriundas das colónias, tal como foram calculadas por aquele autor, implicam um saldo positivo na conta corrente para o ano de 1957 tanto para Portugal como para o império. Esta estimativa de Armando Castro pode ser tomada como o limite superior da contribuição das colónias como fonte de moeda estrangeira para a economia portuguesa.

Nesse caso, os benefícios totais das colónias portuguesas ascenderiam a 6% do PIB de Portugal.

Em virtude do baixo nível de poupança, em comparação com os restantes países do Sul da Europa, Portugal tinha um défice de investimento. Esse défice tinha de ser preenchido quer por importações de capital, quer por transferências unilaterais. Neste contexto, é possível que a contribuição das colónias tenha desempenhado um papel importante no financiamento do crescimento económico em Portugal⁵⁴. Dado que as exportações de capital de Portugal para as colónias permaneceram baixas durante os primeiros anos da década de 60, o baixo nível da poupança interna não podia ser imputado

Comparação das fontes de divisas
(milhares de contos)

[QUADRO N.º 16]

	1	2	3	4	5
	Portugal-colónias			Transferências privadas do exterior	(3/4)
	Balança		Total		
	De pagamentos	Comercial			
1964	1 861	1 460	3 321	2 270	1,463
1965	2 945	2 165	5 110	3 109	1,644
1966	2 002	1 519	3 521	4 537	0,776
1967	2 417	2 512	4 929	5 993	0,822
1968	3 033	2 699	5 732	7 548	0,759
1969	3 587	2 424	6 011	11 277	0,533
1970	2 167	1 859	4 026	13 875	0,290
1971	- 200	448	248	18 266	0,014
1972	- 641	2 110	1 469	21 831	0,067
1973	1 886	4 081	5 967	25 569	0,233

Fonte: Rocha (1982, quadros n.ºs 3 e 7).

à preservação do império. Edgar Rocha (1982) defende que, nos anos 60, as remessas dos emigrantes contribuíram para a «sobrevalorização» do escudo, o que favorecia as importações, particularmente de bens de capital, e logo um padrão de crescimento mais intensivo na utilização do factor capital. Todavia, a verdade é que durante as décadas de 50 e 60 Portugal tinha o coeficiente capital-produto mais baixo entre os países da Europa do Sul, do que resulta que a maior utilização de capital não constituía problema. Desse modo, a posição favorável na balança de pagamentos do país decorrente das

Estimativa dos ganhos para Portugal provenientes das colónias para 1957
(milhares de contos)

[QUADRO N.º 17]

	Angola	Moçambique	São Tomé e Príncipe	Guiné e Cabo Verde	Total
Transferências oficiais de divisas .	791	319	0	0	1 110
Outras receitas em divisas	561	0	0	0	561
Receitas de diferenciais de preços	500	155	0	100	755
Capital retido, juros e depósitos . .	800	466	100	50	1 416
<i>Total</i>	2 652	940	100	150	3 842

Fonte: Castro (1980, pp. 170-171, 230-231, 311-312 e 360).

receitas coloniais — e, mais tarde, das remessas dos emigrantes — teve, provavelmente, um efeito positivo na economia portuguesa⁵⁵.

A guerra colonial levou a que os gastos com as colónias subissem a 26% do orçamento público de Portugal entre 1961 e 1974 e que a parcela atribuída às forças armadas nesse orçamento aumentasse para 85%. Para além disso, as tropas enviadas correspondiam a 6% da força total de trabalho de Portugal. O custo global das guerras em África foi elevado. Na década de 60 corresponderia a 8% do PIB, ou seja, mais do que os cálculos mais optimistas para os benefícios que a metrópole retirava do ultramar em 1957, segundo Armando Castro. Edgar Rocha (1977) defende que o acréscimo das despesas do Estado induzido pela guerra terá estimulado o aumento da procura interna de bens industriais, assim como o crescimento do consumo interno, por ter invertido as políticas fiscais rígidas que os governos tinham mantido desde o início da década de 50⁵⁶.

5. CONCLUSÃO

O estudo da ocupação dos territórios africanos e a consequente delimitação de fronteiras através de tratados com as nações africanas e as outras potências coloniais europeias permitem algumas conclusões sobre os fundamentos do colonialismo português. Na primeira parte deste artigo deu-se uma perspectiva sobre a forma como as fronteiras portuguesas em África foram desenhadas, os nativos pacificados e o território ocupado. Chegados à década de 1890, o interesse público (e privado) por África ganhou novos contornos, marcados pela fixação das últimas fronteiras de Angola e Moçam-

⁵⁵ V. Rocha (1982, pp. 1070-1074). Para o coeficiente capital-produto, v. Pintado (1964, p. 29).

bique e pelo estabelecimento de novos quadros legislativos para os outros dois grandes problemas da colonização africana: a tributação, alfandegária e pessoal, e o controle da força de trabalho nativa.

Os fundamentos do colonialismo português não se alteraram necessariamente na década de 1890: os interesses privados, os interesses da política metropolitana e o atavismo continuavam presentes, porventura tendo havido alguma alteração na força com que se manifestavam. Mas a década de 1890 assistiu a outro fenómeno, também com origens no período anterior, mas que agora ganha contornos claramente mais importantes. Trata-se da crescente importância dos rendimentos do comércio colonial de reexportação no saldo da balança de pagamentos portuguesa. Este benefício financeiro para a metrópole atingiu proporções tais que superou os saldos de outras facetas das relações com as colónias, nomeadamente dos orçamentos públicos, metropolitano e colonial, e o dos empréstimos contraídos em Portugal ou no estrangeiro.

A seguir à Primeira Guerra Mundial, as colónias africanas passaram a custar ao governo português o que nunca até então tinham custado. Esse aumento de custos decorreu das necessidades de defesa e, depois, do aumento da autonomia governativa, que levou ao descontrole das finanças coloniais. O governo de Salazar, a partir de 1930, pôs cobro a isso e as colónias passaram a custar menos ao governo da metrópole, porventura numa proporção dos recursos desse governo semelhante à das últimas décadas antes da guerra. A partir de então, as colónias africanas voltaram progressivamente ao lugar que já haviam tido na balança de transacções correntes metropolitana (com saldos positivos nas balanças de bens e serviços, de rendimentos do capital e trabalho e das transferências unilaterais), lugar que perdurou até ao início da década de 70.

Este artigo não tratou do estudo dos efeitos da colonização africana na *estrutura* da economia portuguesa. Aqui o saldo poderá ser negativo caso os custos do tipo de especialização do comércio externo metropolitano decorrente da existência das colónias fossem superiores aos benefícios decorrentes da existência de mercados garantidos. Todavia, a parte da produção industrial, do investimento e da população de Portugal desviada pelo proteccionismo colonial era relativamente baixa. É plausível que a contribuição das colónias de África para o financiamento da balança de transacções correntes tenha sido mais importante do que os eventuais efeitos negativos do «sistema colonial». Se assim for, compreende-se melhor o secular interesse colonial da administração metropolitana.

A importância das colónias na economia portuguesa foi sendo reduzida a partir do início dos anos 60, quando Portugal aumentou as suas ligações comerciais, de investimento e de emigração com a Europa industrial, ao mesmo tempo que as colónias começaram a estar cada vez mais dependentes

das importações das matérias-primas industriais e de capitais de países estrangeiros. O desenvolvimento das relações económicas do conjunto do império com o resto do mundo deu-se a passo da liberalização do comércio no interior do próprio império, por via da instituição do Espaço Económico Português, em 1961.

Todavia o contributo das colónias enquanto fonte de financiamento externo da economia portuguesa diminuiu de 1960 em diante, ao mesmo tempo que as despesas com as guerras coloniais aumentaram significativamente. Certamente não era a primeira vez, no período desde 1822, que as colónias eram *simultaneamente* um peso para o orçamento do governo central e um fraca fonte de moeda estrangeira. Contudo, ao chegarmos a 1974-1975, as condições da política interna e internacional eram tais que o último império colonial em África chegaria ao fim.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDRE, Valentim (1979), *As Origens do Colonialismo Português Moderno, 1822-1891*, Lisboa, Sá da Costa.
- ALEXANDRE, Valentim (1993), «Portugal em África, 1825-1974: uma perspectiva global», in *Penélope*, 11, pp. 53-66.
- ALEXANDRE, Valentim (1994), «Projecto colonial e abolicionismo», in *Penélope*, 14, pp. 119-125.
- AXELSON, Eric (1967), *Portugal and the Scramble for Africa, 1875-1891*, Joanesburgo, Witwatersrand University Press.
- BAIROCH, Paul (1974), «Geographical structure and trade balance of European foreign trade from 1800 to 1970», in *Journal of European Economic History*, 3, pp. 557-608.
- BOWMAN, Joye L. (1987), «Legitimate commerce and peanut production in Portuguese Guinea, 1840s-1880s», in *Journal of African History*, 28, pp. 87-106.
- CAETANO, Marcello (1971), *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos. História duma Batalha: da Liberdade dos Mares às Nações Unidas*, Lisboa, Ática.
- CAPELA, José (1975), *A Burguesia Mercantil do Porto e as Colónias, 1834-1900*, Porto, Afrontamento.
- CAPELA, José (1979), *As Burguesias Portuguesas e a Abolição do Tráfico de Escravos, 1810-1842*, Porto, Afrontamento.
- CASTRO, Armando (1979), *A Economia Portuguesa do Século XX, 1900-1925*, Lisboa, Edições 70.
- CASTRO, Armando (1980), *O Sistema Colonial Português em África (Meados do Século XX)*, Lisboa, Caminho.
- Comércio Externo* (1953 e 1954), Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- CHANEY, Rick (1986), *Regional Emigration and Remittances in Developing Countries. The Portuguese Experience*, Nova Iorque, Praeger.
- CLARENCE-SMITH, Gervase (1985), *The Third Portuguese Empire, 1825-1975. A Study in Economic Imperialism*, Manchester, Manchester University Press.
- CORDEIRO, J. A. da Silva (1896), *A Crise em Seus Aspectos Morais. Introdução a Uma Biblioteca de Psicologia Individual e Colectiva*, Coimbra, França Amado.
- CURTO, José C. (1992), «A quantitative reassessment of the legal Portuguese slave trade from Luanda, Angola, 1710-1830», in *African Economic History*, 20, pp. 1-25.

- DORMOIS, Jean-Pierre, e François Crouzet (1998), «The significance of the French colonial empire for French economic development, 1815-1960», in P. O'Brien e L. Prados (orgs.), *The Costs and Benefits in European Imperialism from the Conquest of Ceuta, 1415, to the Treaty of Lusaka, 1974*, *Revista de História Económica*, 16, pp. 323-349.
- DUFFY, James (1961), *Portuguese Africa*, Cambridge (Mass.), Harvard University Press.
- ESTÊVÃO, João (1991), *Moeda e Sistema Monetário Colonial*, Lisboa, Escher.
- FERREIRA, Lúcia, e Cristina Pedra (1988), «Despesas coloniais do Estado português», in *Revista de História Económica e Social*, 24, pp. 89-103.
- FERREIRA, Manuel Ennes (1990), *Angola-Portugal. Do Espaço Económico Português às Relações Pós-Coloniais*, Lisboa, Escher.
- FERREIRA, Manuel Ennes (1994), «Relações entre Portugal e África de língua portuguesa: comércio, investimento e dívida, 1973-1994», in *Análise Social*, 29, pp. 1045-21.
- FERREIRA, Manuel Enes (no prelo), «Comércio colonial», in A. Barreto e M. Filomena Mónica (orgs.), *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, Lisboa, Figueirinhas.
- GREEN, Andrwe Wislon (1969), «Portugal and the African territories: economic implications», in David M. Abshire e Michael A. Samuels (orgs.), *Portuguese Africa. A Handbook*, Londres, Pall Mall Press.
- GUIMARÃES, Ângela (1984), *Uma Corrente do Colonialismo Português. A Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- HAIGHT, M. V. Jackson (1967), *European Powers and South-East Africa. A Study of International Relations on the South-East Coast of Africa, 1796-1856*, Nova Iorque, F. A. Praeger.
- HAMMOND, Richard J. (1966), *Portugal and Africa, 1815-1910. A Study in Uneconomic Imperialism*, Stanford, Stanford University Press.
- HAMMOND, Richard J. (1969), «Uneconomic imperialism: Portugal in Africa before 1910», in L. H. Gann e P. Duignan (orgs.), *Colonialism in Africa, 1870-1960*, vol. 1, *The History and Politics of Colonialism, 1870-1914*, Cambridge, Cambridge University Press.
- HAVIDEN, Michael, e David Meredith (1993), *Colonialism and Development. Britain and its Tropical Colonies, 1850-1960*, Londres, Routledge.
- HENRIQUES, Isabel Castro (1997), *Percursos da Modernidade em Angola. Dinâmicas Comerciais e Transformações Sociais no Século XIX*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical.
- Leite, Joana Pereira (1990), «La reproduction du réseau impérial portugais: quelques précisions sur la formation du circuit d'or Mozambique-Portugal, 1959-73», in *Estudos de Economia*, 10, pp. 365-401.
- IMLAH, Alber H. (1959), *Economic Elements in the Pax Britannica. Studies in British Foreign Trade in the Nineteenth Century*, Cambridge (Mass.), Harvard University Press.
- INIKORI, J. E. (1986), «West Africa's seaborne trade, 1750-1850», in G. Liesegang, H. Pasch e A. Jones (orgs.), *Figuring African Trade: Proceedings of the Symposium on the Quantification and Structure of the Import and Export and Long Distance Trade in Africa, 1800-1913*, Berlim, Dietrich Reimer Verlag.
- LAINS, Pedro (1992), *Foreign Trade and Economic Growth in the European Periphery: Portugal, 1851-1913*, dissertação de doutoramento, Florença, Instituto Universitário Europeu.
- LAINS, Pedro (1995), *A Economia Portuguesa no Século XIX. Crescimento Económico e Comércio Externo*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- LAINS, Pedro (1998), «An account of the Portuguese African empire, 1885-1975», in P. O'Brien e L. Prados (orgs.), *The Costs and Benefits of European Imperialism from the Conquest of Ceuta, 1415, to the Treaty of Lusaka, 1974*, *Revista de História Económica*, 16, pp. 235-263.
- LAW, Robin (1995), «Introduction», in Robin Law (org.), *From Slave Trade to «Legitimate» Commerce. The Commercial Transition in Nineteenth Century West Africa*, Cambridge, Cambridge University Press.

- LEITE, Joana Pereira (1989), *La formation de l'économie coloniale au Mozambique. Pacte colonial et industrialisation, 1930-74*, dissertação de doutoramento, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales (2 vols.).
- LÉVY-LEBOYER, M. (1973), «La balance des paiements et l'exportation des capitaux français», in M. Lévy-Leboyer, *La position internationale de la France. Aspects économiques et financiers, XIX^e-XX^e siècles*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- LIESEGANG, Gerhard (1986), «A first look at the import and export trade of Mozambique, 1800-1914», in G. Liesegang, H. Pasch e A. Jones (orgs.), *Figuring African Trade: Proceedings of the Symposium on the Quantification and Structure of the Import and Export and Long Distance Trade in Africa, 1800-1913*, Berlim, Dietrich Reimer Verlag.
- LYNN, Martin (1981), «Change and continuity in the British palm oil trade with West Africa, 1830-1855», in *Journal of African History*, 22, pp. 331-348.
- LYNN, Martin (1989), «From sail to steam: the impact of steamship services on the British palm oil trade with West Africa, 1850-90», in *Journal of African History*, 30, pp. 227-245.
- MACEDO, José de (1988), *Autonomia de Angola. Estudo de Administração Colonial* (1910), Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical.
- MARQUES, João Pedro (1994), «Uma revisão crítica das teorias sobre a abolição do tráfico de escravos portugueses», in *Penélope*, 14, pp. 95-118.
- MATA, Eugénia (1987), «Câmbios e política cambial na economia portuguesa, 1891-1931», in *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, Lisboa, Sá da Costa.
- MATA, Eugénia (1993), *As Finanças Públicas Portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, Banco de Portugal.
- MILLER, Joseph C. (1986), «Imports at Luanda, Angola, 1785-1823», in G. Liesegang, H. Pasch e A. Jones (orgs.), *Figuring African Trade: Proceedings of the Symposium on the Quantification and Structure of the Import and Export and Long Distance Trade in Africa, 1800-1913*, Berlim, Dietrich Reimer Verlag.
- MILLER, Joseph C. (1988), *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*, Madison, University of Wisconsin Press.
- MONTEIRO, Armindo (1931), *O Problema das Transferências de Angola*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- NEWITT, Malyn (1995), *A History of Mozambique*, Bloomington (Ind.), Indiana University Press.
- NOWELL, Charles E. (1982), *The Rose Coloured Map. Portugal's Attempt to Build an African Empire from the Atlantic to the India Ocean*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar.
- O'BRIEN, Patrick, e Leandro Prados (1998) (orgs.), *The Costs and Benefits of European Imperialism from the Conquest of Ceuta, 1415, to the Treaty of Lusaka, 1974*, in *Revista de História Económica*, 16, pp. 7-402.
- PAPAGANO, Giuseppe (1980), *Colonialismo e Feudalismo. A Questão dos Prazos da Coroa em Moçambique nos Finais do Século XIX*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- Pautas vigentes nas alfândegas das províncias ultramarinas portuguesas* (1892), Lisboa, Imprensa Nacional.
- PEDREIRA, Jorge (1988), «'To have and to have not'. The economic consequences of empires: Portugal, 1415-1822», in P. O'Brien e L. Prados (orgs.), in *The Costs and Benefits of European Imperialism from the Conquest of Ceuta, 1415, to the Treaty of Lusaka, 1974*, *Revista de História Económica*, 16, pp. 93-122.
- PÉLISSIER, René (1994), *História de Moçambique. Formação e Oposição, 1854-1918*, Lisboa, Estampa.
- PÉLISSIER, René (1997a), *História das Campanhas de Angola. Resistência e Revoltas, 1845-1941*, Lisboa, Estampa.
- PÉLISSIER, René (1997b), *História da Guiné. Portugueses e Africanos na Senegâmbia, 1841-1936*, Lisboa, Estampa.

- PEREIRA, Miriam Halpern (1981), *A Política Portuguesa de Emigração, 1850-1930*, Lisboa, Regra do Jogo.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1983), *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico em Portugal*, Lisboa, Sá da Costa.
- PINTADO, Xavier (1964), *Structure and Growth of the Portuguese Economy*, Paris, EFTA.
- REIS, Jaime (1991), «The Gold Standard in Portugal, 1854-1891», Universidade Nova de Lisboa (mimeo.).
- RICHARDSON, David (1989), «Slave exports from West and West-Central Africa, 1700-1810: new estimates of volume and distribution», in *Journal of Africa History*, 30, pp. 1-22.
- ROCHA, Edgar (1977), «Portugal, anos 60: crescimento económico acelerado e papel das relações com as colónias», in *Análise Social*, 13, pp. 593-617.
- ROCHA, Edgar (1982), «Colónias e exportação de mão-de-obra como fonte de divisas: considerações sobre a contribuição dos emigrantes para o subdesenvolvimento económico português», in *Análise Social*, 18, pp. 1053-1075.
- RODNEY, Walter (1981), *How Europe Underdeveloped Africa* (1972), Washington, D. C., Howard University Press.
- SALAZAR, António de Oliveira (1916), *O Ágio do Ouro. Sua Natureza e Suas Causas, 1891-1915*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- SALGADO, Francisco Ribeiro (1934), «A cooperação ultramarina no comércio exterior especial do império português», in *Primeira Conferência do Intercâmbio Comercial com as Colónias. Teses e Conclusões*, Porto, Imprensa Moderna.
- SALGADO, Francisco Ribeiro (1939), *A Evolução do Comércio Especial Ultramarino*, Lisboa, Agência-Geral das Colónias.
- SMITH, W. H. C. (1970), *Anglo-Portuguese Relations, 1851-1861*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA (1913), *Relatório acerca do Estudo dos Problemas Coloniais*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (1987), «Política externa e política interna no Portugal de 1890: o ultimatum inglês», in *Análise Social*, 23, pp. 687-719.
- TELO, António José (1994), *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Edições Cosmos.
- VIEIRA, Anselmo (1905), *A Questão Fiscal e as Finanças Portuguesas*, Lisboa, Ferreira e Oliveira.